



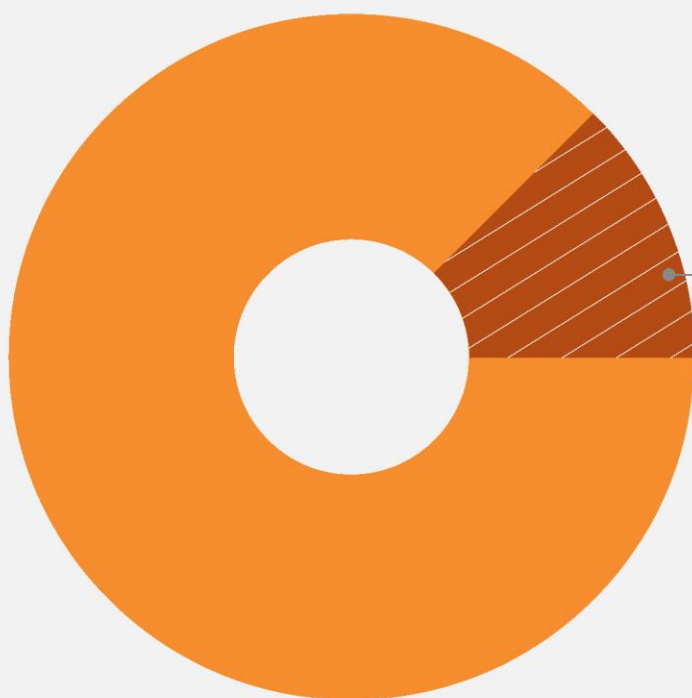
Relatório Anual de Informações

2020





Aproveite **12%**
do Benefício Fiscal
e ganhe de **três**
maneiras diferentes.



12%

Primeiro,

porque esse dinheiro é inteiramente deduzido da base de cálculo do seu Imposto de Renda.

segundo,

porque com uma base de cálculo menor, você tem menos imposto a pagar.

e terceiro,

porque o dinheiro investido vai render um grande futuro para você.

Para mais informações, entre em contato com o nosso **Centro de Relacionamento** através do telefone **0800 285 3004**.

Relatório do
Plano de Benefícios
Convênio de
Administração Telepar
Celular

Índice

5	MENSAGEM DA DIRETORIA AOS PARTICIPANTES
6	ADMINISTRAÇÃO DO ICATUFMP
7	ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
8	SINTÁSE ICATUFMP
9	PANORAMA ECONÔMICO ANUAL 2020

Resultados da Entidade em 2020

17	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ENTIDADE
----	-------------------------------------

Resultados do Plano em 2020

28	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO
30	INFORMAÇÕES REFERENTES AO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE, DO REGULAMENTO DO PLANO E ESTATÍSTICO
31	INFORMAÇÕES REFERENTES À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
33	RELATÓRIO RESUMO DAS INFORMAÇÕES DOS INVESTIMENTOS
36	SITUAÇÃO ATUARIAL DO PLANO
37	GLOSSÁRIO

Mensagem da Diretoria

Caro participante,

Jamais esqueceremos o ano que se passou. Nossa geração ficará marcada para sempre por termos vivido um período histórico e, independentemente das decisões tempestivas que tivemos que tomar, somente o futuro poderá nos mostrar o quanto erramos ou acertamos no cuidado com os nossos colaboradores, participantes e patrocinadores.

Apesar de todas as dificuldades experimentadas no último ano, descobrimos em todos nós um grau muito elevado de empatia e um poder ímpar de decisão. Em poucos dias conseguimos colher e analisar as dificuldades tecnológicas de todos os nossos colaboradores e alterarmos, sem solução de continuidade, o nosso modelo de trabalho presencial para remoto. Passado o período de adaptação ao “novo normal”, temos a certeza de, dentro das possibilidades de cada um, termos trabalhado incansavelmente para mantermos não só a totalidade dos serviços, como a qualidade e agilidade no atendimento.

Em relação aos participantes e patrocinadores, cientes que as nossas decisões e ações influenciariam diretamente a vida, emprego e recursos de poupança que muitos de nossos participantes levaram a vida inteira para constituir, recebemos e analisamos todas as demandas e, dentro das possibilidades legais, esgotamos todas as alternativas para auxiliá-los da melhor forma a fim de minimizar os efeitos econômicos da pandemia.

Apesar de termos iniciado o ano de 2020 com a expectativa de uma agenda política e econômica com investimentos, reformas e privatizações, devido ao “caos financeiro” vivido principalmente no final de março e início de abril, tivemos que nos reinventar no relacionamento com os gestores e, ao olhar para trás, analisando a rentabilidade média dos 41 planos administrados, ficamos satisfeitos com o resultado.

Adicionalmente às questões já pontuadas, tivemos ainda que nos movimentar internamente para atendermos a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019 da PREVIC, que resultou em uma série de mudanças sistêmicas, além da criação de um site para o IcatuFMP e um portal personalizado para cada um dos nossos planos, trazendo mais transparência e agilidade na disponibilização das informações e a efetivação de diversas melhorias na área do cliente, observadas exclusivamente pelos nossos participantes.

Agradecemos a confiança depositada em toda a equipe do IcatuFMP e desejamos que todos os nossos participantes e patrocinadores tenham, em suas vidas e negócios, um ano excepcional.

Boa leitura.

Administração do IcatuFMP

DIRETORIA EXECUTIVA

Sergio Egidio - Diretor Superintendente e AETQ
Luciano Snel Córrea - Diretor Financeiro
Márcio Santiago Câmara - Diretor Administrativo e ARPB
Alexandre Petrone Vilardi - Diretor Operações

CONSELHO DELIBERATIVO

Representantes Patrocinadores Fundadores

Luciana da Silva Bastos - Presidente
Greicilane Ruas Martins de Queiroz - Vice-Presidente
Bernardo Dieckmann - Titular
José Fiel Faria Loureiro - Suplente
Márcio de Moraes Palmeira - Suplente

Representantes Demais Patrocinadores

Fabio Lopes Vilela Berbel - Titular
Marcelo Elias Dias Curvelo - Suplente
Maria Eliete Gomes - Titular
Vago - Suplente
Ana Claudia Oliveira - Titular
Paulo Roberto Diniz Lins - Suplente

Representantes Participantes e Assistidos

Mauricio Hiroshi Muramoto - Titular
Lizete Malucelli Ribeiro - Titular
Maurício da Silva - Titular

CONSELHO FISCAL

Representantes Patrocinadores Fundadores

Luiz Eduardo Edelsberg - Titular
Valdir Dias de Sousa Junior - Suplente

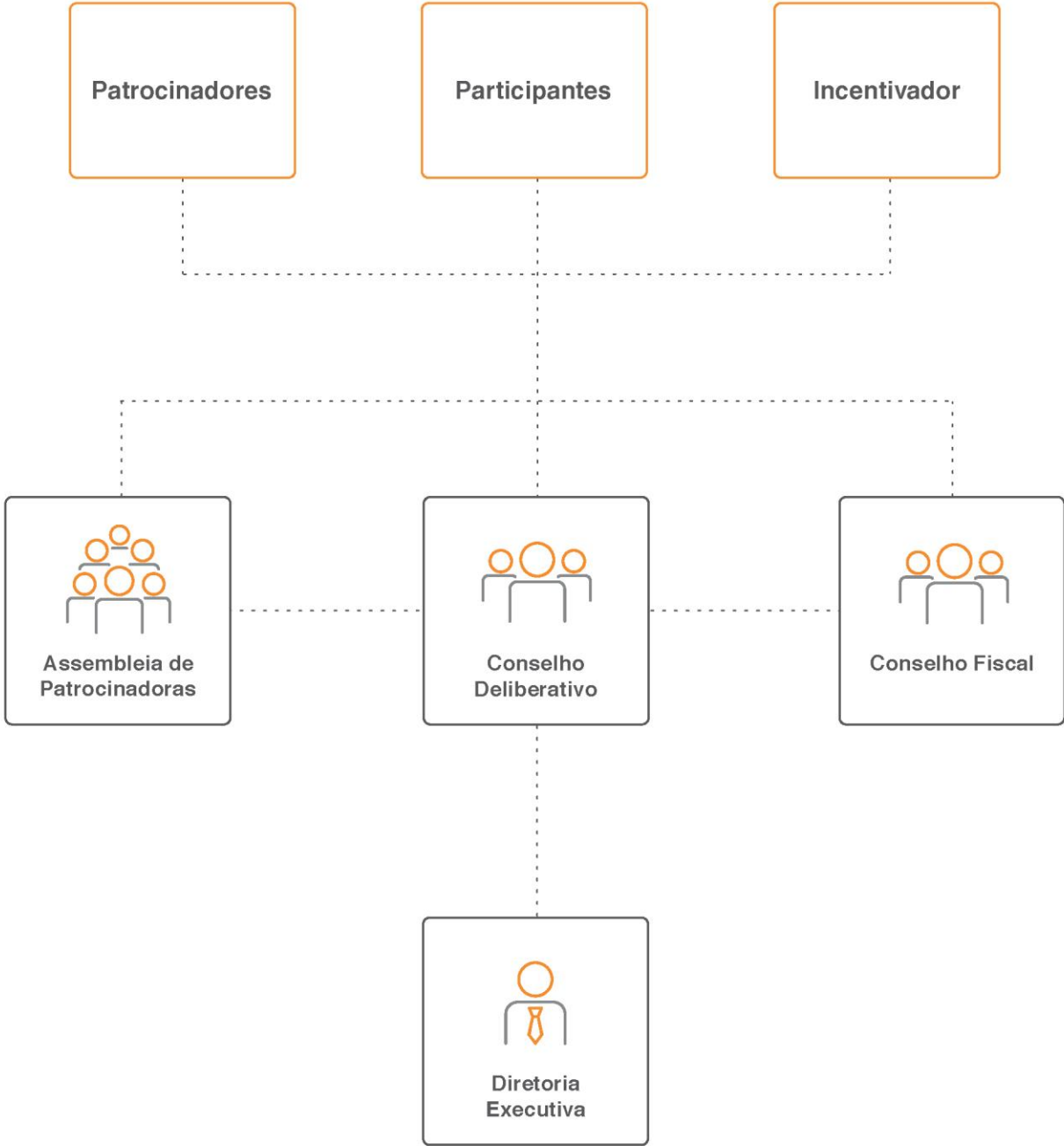
Representantes Demais Patrocinadores

Heber Leal Marinho Wedemann - Titular
Rodrigo Duarte Bayma - Suplente

Representantes Participantes e Assistidos

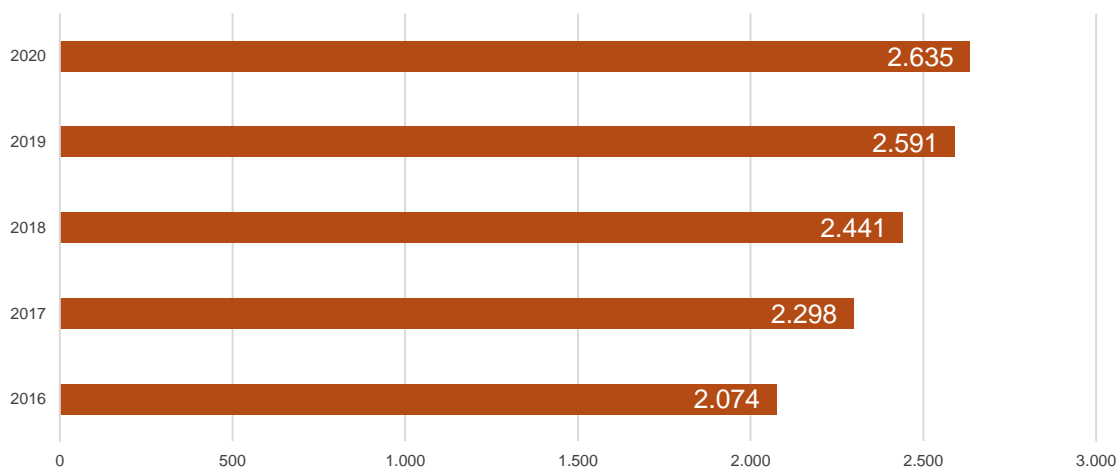
Junji Yamamoto - Titular
Vago - Suplente

Estrutura de Governança (Ano 2020)

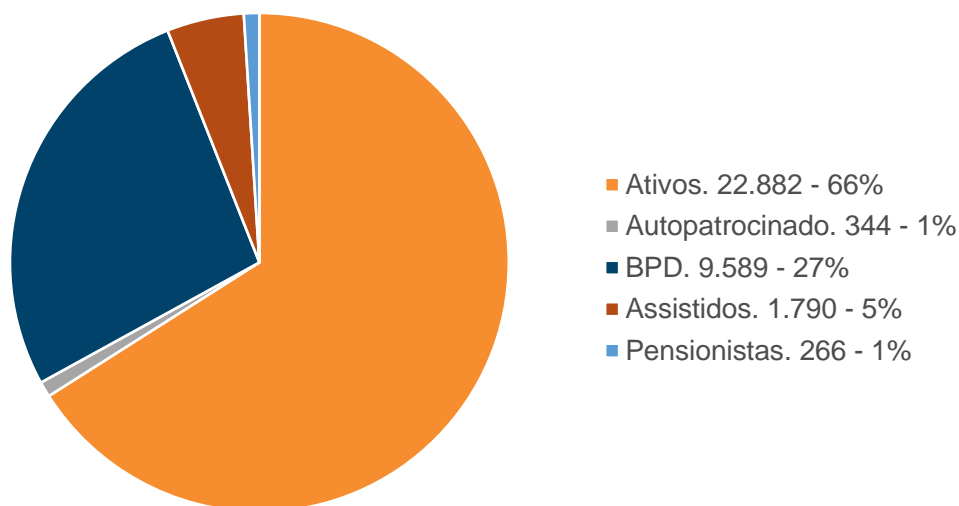


Síntese IcatuFMP

Evolução Patrimonial nos últimos 5 anos (em R\$ Bilhões)



Quadro de Participantes



Total de Participantes: 34.871 - Dezembro/2020

Panorama Econômico Anual 2020

A economia brasileira vinha se recuperando muito lentamente da recessão de 6,7%, acumulada entre 2015/2016. Nos três anos entre 2017 e 2019 a economia só cresceu 1,18% ao ano em média, mas cresceu. No início de 2020, a mediana do consenso de mercado, pesquisado semanalmente pelo Banco Central, apontava para um crescimento do PIB de 2,3% para o ano de 2020. Isto representava uma aceleração do crescimento em relação aos três anos anteriores. No entanto, o Brasil e o mundo foram surpreendidos pela pandemia do COVID-19, pela necessidade de *lockdowns* e *semi-lockdowns* para diminuir os contágios e mortes, de maneira que o mundo passou pela pior recessão desde a Grande Depressão de 1929. Os primeiros meses a partir de meados de março de 2020 foram os piores e cheios de incertezas sobre o futuro. Era um voo cego diante de uma nova doença, letal em muitos casos, da qual não se conhecia nada. O mês de abril marcou o fundo do poço da atividade econômica, mas as projeções de queda de PIB e consequente aumento do desemprego, feitas ao longo do segundo trimestre de 2020, mostravam um cenário devastador para a economia mundial. Em junho de 2020, na publicação trimestral *World Economic Outlook* do Fundo Monetário Internacional (FMI), o título era: “Uma crise como nenhuma outra, uma recuperação incerta”. Nessa época, o FMI projetava uma queda média do PIB Mundial de 4,9% para 2020, e no caso do Brasil, uma queda de 9,1%!

Assim que eclodiu a pandemia e houve necessidade de fechar locais de trabalho e manter distanciamento social, e aumentou fortemente a taxa de desemprego, os países foram implementando políticas fiscais extremamente expansionistas, ajudando àqueles que ficaram sem renda. No Brasil não foi diferente. Com as contas fiscais, que já vinham tremendamente fragilizadas, sem dinheiro nos cofres públicos, instituiu-se o chamado “Auxílio Emergencial”, que atendeu a incríveis 68 milhões de pessoas. De início foi de R\$600 por mês por pessoa entre abril e agosto do ano passado. Custou aproximadamente R\$254 bilhões em cinco meses. Para efeitos de comparação, o tradicional Bolsa Família que atendia uns 44 milhões de pessoas, custava por ano cerca de R\$30 bilhões. Depois, o Auxílio Emergencial continuou até dezembro de 2020, aumentando o valor médio do Bolsa Família tradicional de R\$190 para algo em torno de R\$300 por mês. Para 2021, decidiu-se outorgar novo auxílio de até R\$45 bilhões por 4 meses a partir de abril, com um valor médio de R\$250 por mês. Dado esse imenso gasto público adicional, provocado pelas consequências catastróficas da pandemia, o déficit público aumentou significativamente e a dívida pública como proporção do PIB disparou. Diante do cenário de desolação que emergiu da necessidade de fechar locais de trabalho, de evitar aglomerações e manter o distanciamento social, não havia, em 2020, outra alternativa senão a de aprofundar a fragilidade fiscal do setor público. Isto foi digerido pelos agentes econômicos tendo em vista que a expectativa era de que se tratava de uma medida apenas temporária (necessária) para funcionar de paliativo a uma situação temporária muito séria para muitos brasileiros.

As medidas fiscais, e a política monetária extremamente relaxada, onde a taxa Selic foi reduzida para apenas 2% ao ano no início de agosto do ano passado, funcionaram bem para diminuir os impactos negativos sobre o nível de atividade e o emprego, que se esperavam logo no início da pandemia.

Isto foi verdade aqui no Brasil e no resto do mundo. Políticas fiscais e monetárias de estímulo funcionaram a contento para melhorar o desempenho econômico em relação à péssima expectativa que se tinha em meio à tremenda incerteza do começo da pandemia. Com efeito, o PIB mundial acabou caindo 3,5% em 2020 em comparação à projeção do FMI de queda de 4,9%, feita no meio do ano. E, o PIB do Brasil fechou com queda de 4,1% ao invés dos -9,1% projetados pelo FMI em junho do ano passado.

A inesperada pandemia do Coronavírus mudou em pouquíssimo tempo a trajetória que se esperava para as principais variáveis macroeconômicas. No quadro embaixo apresentamos a mediana do consenso de mercado do Banco Central para algumas variáveis macroeconômicas no começo de 2020 e o resultado de fato acontecido no ano. Como é possível perceber, a mudança em todas as variáveis foi radical. Quando um evento tão fora do comum acontece, é claro que é impossível que alguém tivesse projetado o cenário que acabou se delineando. Em todos os casos, evidentemente os resultados pioraram muito ao longo do ano, mas como já destacamos a queda do PIB poderia ter sido muito pior. O câmbio desvalorizou 27% ao longo de 2020, em relação ao consenso do mercado! E o

Real continua em trajetória de perder força contra o Dólar em 2021. Com essa desvalorização significativa, a cesta de preços por atacado dentro do IGP-M (60% do índice), tanto produtos agrícolas quanto industriais, aumentou muito em Reais, pressionando o índice como um todo que acabou fechando em espantosos 2 dígitos (23,14%). Não só o Real desvalorizou, como que os preços das commodities em Dólar aumentaram. Lembramos que o IGP-M é o índice que reajusta vários contratos, inclusive os aluguéis. Vejam a enorme diferença com o índice de preços ao consumidor, que é a meta de inflação, o IPCA. Conforme mencionamos acima, a necessidade de fortes medidas fiscais de alívio para a população, levaram o déficit total do setor público para quase 14% de tudo que se produz nas fronteiras geográficas do País (PIB). A expectativa no começo do ano passado era bem menos da metade. E, o Ministro Paulo Guedes e a sua equipe vinham tentando melhorar os resultados fiscais aos poucos quando foram surpreendidos pelas consequências nefastas da pandemia sobre uma parcela grande da população brasileira por demais vulnerável.

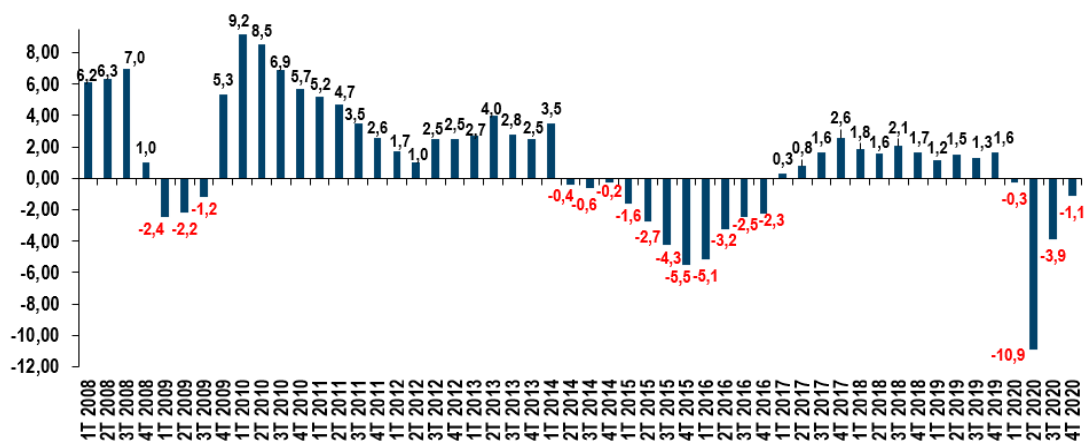
PROJEÇÕES FOCUS DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS							
2020	IPCA	IGP-M	Câmbio	Selic Fim	PIB	Res Primário	Res Nominal
Mediana							
03/01/2020 para 2020	3,60	4,24	4,09	4,50	2,30	-1,10% PIB	-5,70% PIB
Fechamento 2020	4,52	23,14	5,20	2,00	-4,10	-9,48% PIB	-13,69% PIB

Fonte: Banco Central

Infelizmente, sob a condução da política econômica do governo da Presidente Dilma Rousseff o Brasil simplesmente perdeu a grande oportunidade de se desenvolver, navegando em um dos mais longos períodos de bonança e crescimento da economia mundial.

O desempenho da economia melhorou a partir do governo do Presidente Temer, com a mudança radical na condução da política econômica, tanto pela equipe do Ministro Henrique Meirelles quanto pela equipe do Ministro Paulo Guedes. O Brasil, de forma ainda lenta, estava caminhando para sentar novamente as bases de uma trajetória de crescimento sustentada, em um ambiente de inflação excepcionalmente baixa. E aí veio a pandemia para cortar a trajetória de crescimento mais uma vez.

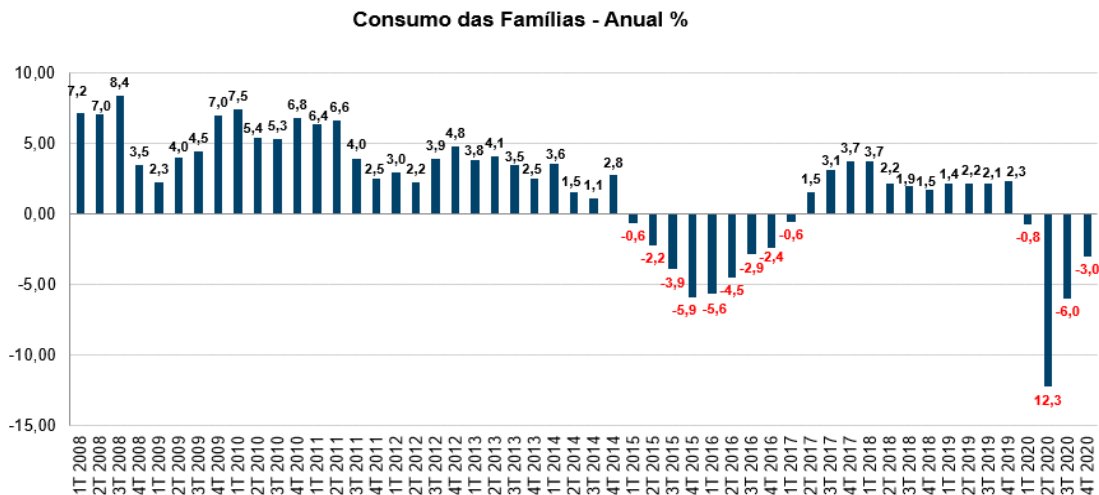
PIB - Trimestre sobre mesmo Trimestre Ano Anterior (%)



Fonte: IBGE

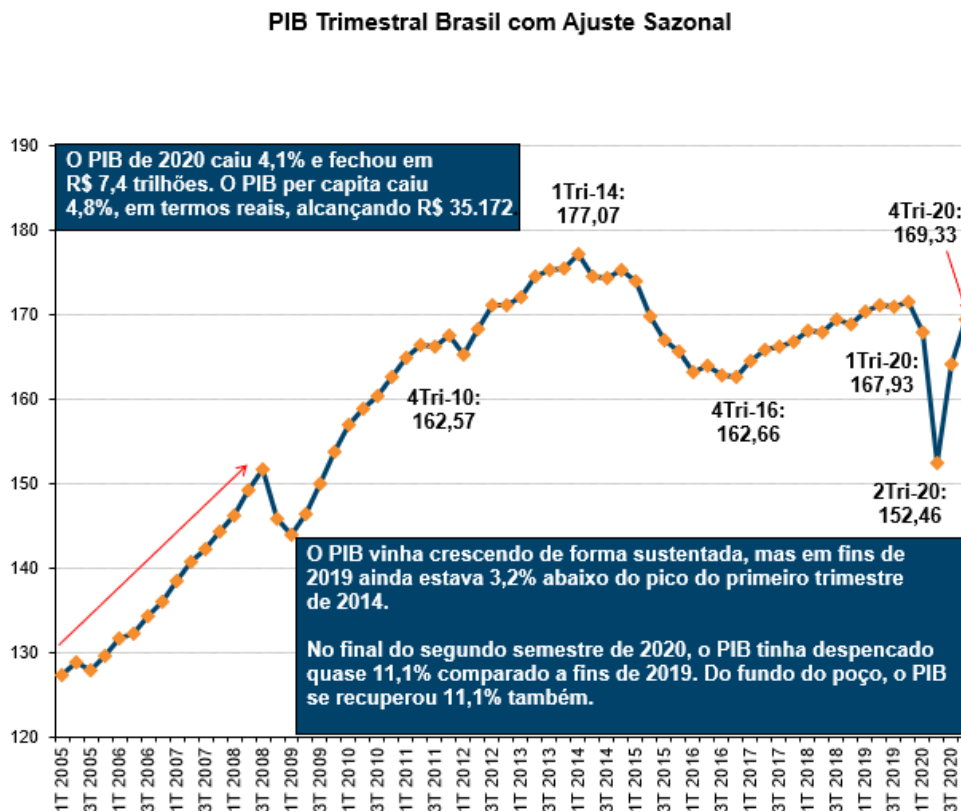
Como pode ser observado no gráfico acima, o fundo do poço na atividade em 2020 foi no segundo trimestre, em que o PIB caiu impressionantes 10,9%. Os trimestres seguintes ainda registraram queda interanual, mas em menor percentual.

Naturalmente, dentro do PIB como um todo, o Consumo das Famílias mostrou o mesmo padrão de comportamento trimestral, apesar do Auxílio Emergencial. Sem ele, o desempenho teria sido bem pior.



Fonte: IBGE

Ao analisarmos o desempenho do PIB trimestral, com ajuste sazonal, observamos que a recuperação, após a debacle do segundo trimestre, se deu de forma significativa em forma de “V”, o que foi uma boa notícia.



Fonte: IBGE

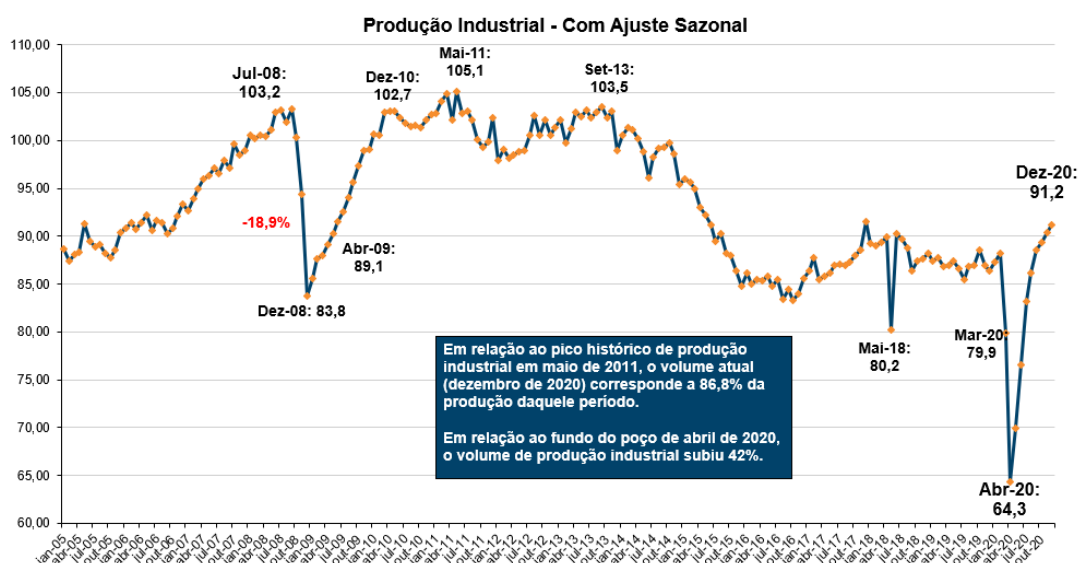
O PIB como um todo caiu 4,1% e fechou 2020 em R\$7,4 trilhões. O PIB per capita caiu 4,8%, em termos reais, alcançando R\$35.172 no ano. A triste realidade é que o PIB per capita de 2020 foi menor que o de 2010. Mais uma década perdida no Brasil.

Como se sabe, o PIB é o fluxo anual de bens e serviços em uma economia. Isto é, a soma do que produz a indústria, a agropecuária e os serviços. No ano de 2020, somente o setor agropecuario cresceu, à taxa de 2%. O setor de serviços caiu 4,5% e a indústria caiu 3,5%. Mas, dentro da indústria, a indústria de transformação e a indústria extrativa mineral apresentaram queda maior, de 4,5% na produção, como mostra a pesquisa específica de Produção Industrial Mensal do IBGE. De fato, a indústria de transformação e a extrativa mineral vem sofrendo de longa data.

Produção Industrial						
(% Anual)						
Setores	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Bens de Capital	-25,3	-10,9	6,0	7,4	-0,4	-9,8
Bens Intermediários	-5,2	-6,3	1,6	0,4	-2,2	-1,1
Bens de Consumo	-9,4	-6,0	3,2	1,3	1,1	-8,9
Duráveis	-18,5	-14,7	13,3	7,6	2,0	-19,8
Não Duráveis e Semi-Durav	-6,7	-3,8	0,9	-0,3	0,9	-5,9
Indústria Geral	-8,3	-6,4	2,5	1,0	-1,1	-4,5

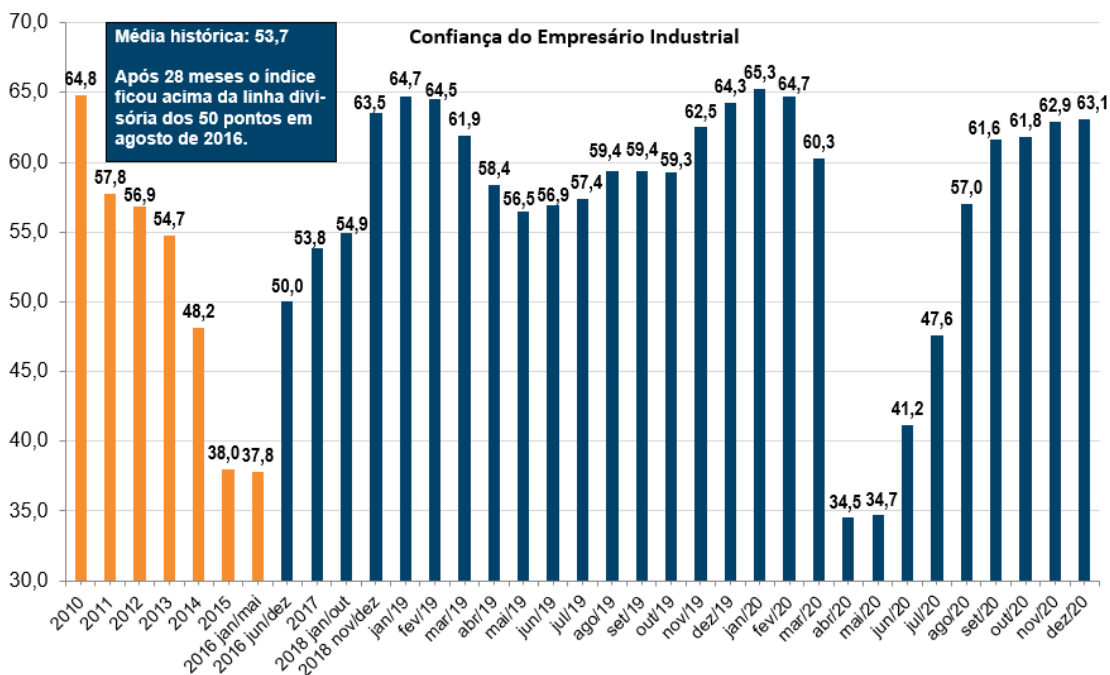
Fonte: IBGE

O volume de produção industrial despencou em abril de 2020, como todos os outros indicadores de atividade. A partir de maio, houve recuperação constante, no formato em “V”. De todo modo, durante os últimos oito anos, o setor que foi mais atingido foi a indústria, cujo nível de produção despencou e foi um dos setores que mais desempregou pessoas. Com efeito, o volume de produção industrial em dezembro de 2020 ainda era 13,2% inferior ao pico da série histórica em maio de 2011, como pode ser observado no gráfico embaixo.



Fonte: IBGE

Ao longo da recuperação da produção industrial após abril de 2020, a confiança do empresário industrial, pesquisada mensalmente pela Confederação Nacional da Indústria, naturalmente recuperou-se também e atingiu patamares bem próximos das máximas históricas em fins de 2020.



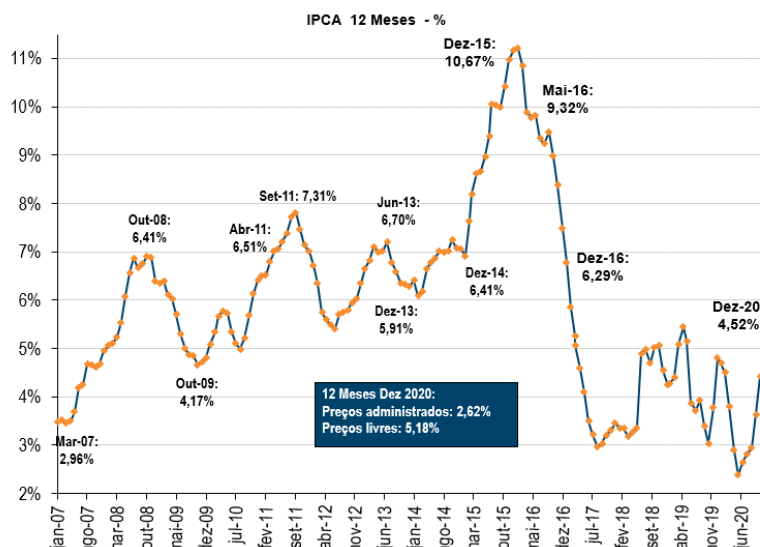
Fonte: Confederação Nacional da Indústria

A taxa de desemprego, que já estava elevada, aumentou mais ainda com o efeito da pandemia, e atingiu um pico de 14,6% no trimestre móvel acabado em setembro de 2020. Mas, a partir daí, começou a cair gradualmente. Ainda fechou 2020 em altíssimo patamar de 13,9%, mas no início da pandemia se temia que pudesse chegar perto de 17/18% em algum ponto. Gostaríamos de destacar que estes dados englobam todos os tipos de empregos, incluindo os informais, os servidores públicos e os que trabalham por conta própria, por exemplo.

Taxa de desocupação para os trimestres móveis ao longo dos anos

Trimestre móvel		2015	2016	2017	2018	2019	2020
1°	nov-dez-jan	6,8	9,5	12,6	12,2	12,0	11,2
2°	dez-jan-fev	7,4	10,2	13,2	12,6	12,4	11,6
3°	jan-fev-mar	7,9	10,9	13,7	13,1	12,7	12,2
4°	fev-mar-abr	8,0	11,2	13,6	12,9	12,5	12,6
5°	mar-abr-mai	8,1	11,2	13,3	12,7	12,3	12,9
6°	abr-mai-jun	8,3	11,3	13,0	12,4	12,0	13,3
7°	mai-jun-jul	8,6	11,6	12,8	12,3	11,8	13,8
8°	jun-jul-ago	8,7	11,8	12,6	12,1	11,8	14,4
9°	jul-ago-set	8,9	11,8	12,4	11,9	11,8	14,6
10°	ago-set-out	9,0	11,8	12,2	11,7	11,6	14,3
11°	set-out-nov	9,0	11,9	12,0	11,6	11,2	14,1
12°	out-nov-dez	9,0	12,0	11,8	11,6	11,0	13,9

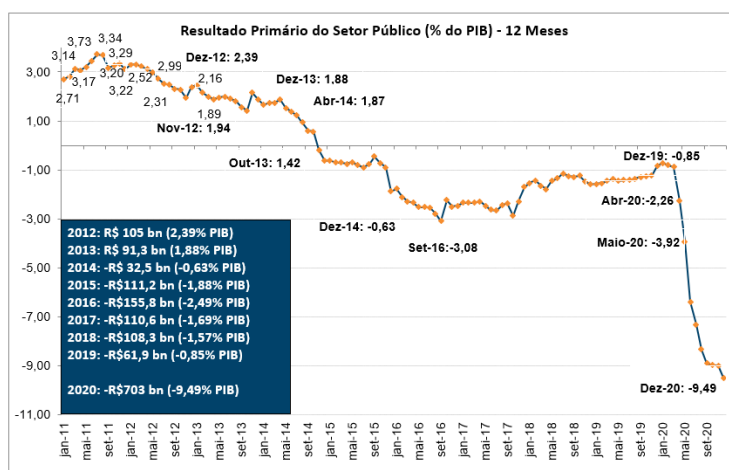
Fonte: IBGE



Estabilidade de preços é fundamental para alongar o horizonte da tomada de decisões. Após conseguir derrubar a inflação deixada pela equipe do Banco Central da Presidente Dilma Rousseff, as equipes de Ilan Goldfajn e de Roberto Campos Neto no Banco Central mantiveram a inflação sob estrito controle. Em 2020, a meta central de inflação era de 4% e o IPCA fechou em 4,52%, pouco acima da meta, mas dentro do intervalo de tolerância de 2,5% a 5,5%. Isto, dentro de um contexto em que a taxa de juros Selic permaneceu pela maior parte do segundo semestre no nível mais baixo histórico (2% ao ano).

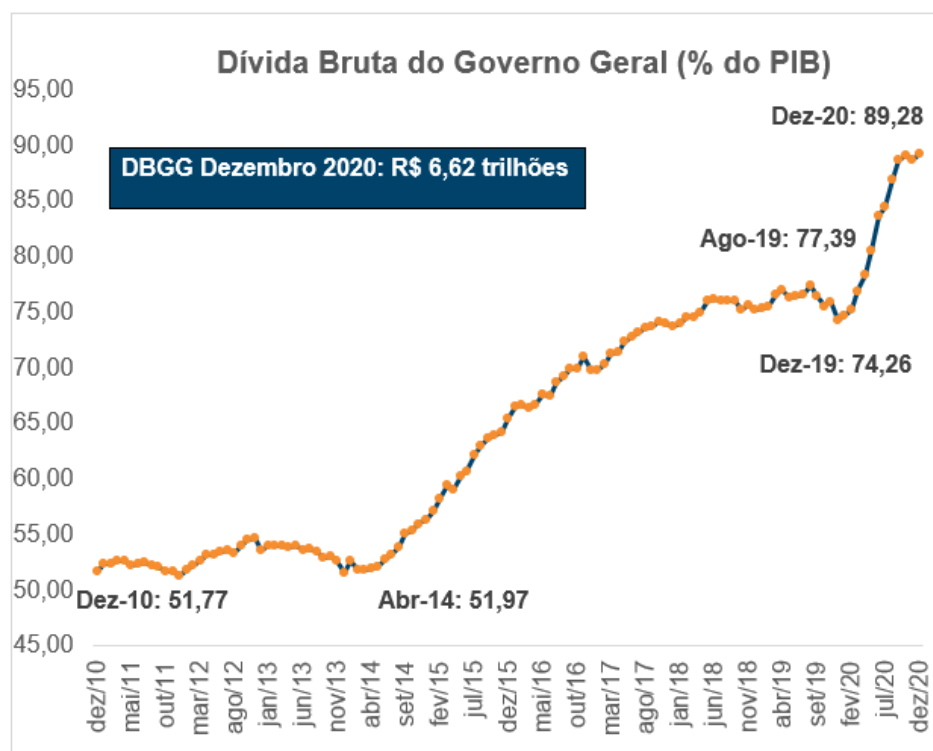
No entanto, a inflação tem viés de alta e em 2021 não será possível manter taxas de juros tão baixas ao longo do ano para manter o IPCA dentro da meta central de 3,75% com limite superior de 5,25%. Como vimos acima, o IGP-M disparou em 2020 e fechou em 23,14%. Para 2021, não se espera uma taxa tão alta para este índice, mas ainda assim será de dois dígitos, perto de 12% no ano.

A pandemia pegou o Brasil em um cenário de contas fiscais muito fragilizadas, que vinham sendo corrigidas a duras penas e algumas reformas (Reforma da Previdência) desde o governo Michel Temer. Apesar da mudança radical na condução da política econômica na direção correta e do firme discurso de austeridade fiscal da equipe econômica do governo Temer e do atual governo, ia levar muito tempo mesmo para que se conseguisse recuperar o que foi perdido, já que as contas públicas ficaram em frangalhos na administração Dilma Rousseff. O fato é que o esforço de consolidação fiscal ficou para atrás, dada a necessidade de iminente aumento brutal do gasto público para atender às classes mais vulneráveis da população, atingidas pela total perda de renda pós-pandemia. Assim, o déficit primário do setor público (todas as receitas menos os gastos, exceto juros da dívida) passou de R\$61,9 bilhões (0,85% do PIB) em 2019 para espantosos R\$703 bilhões (9,49% do PIB)!



Com isto, a dívida bruta do setor público subiu como bola de neve e se aproxima de patamares insustentáveis, se não houver uma clara perspectiva que as reformas avançarão e que em futuro próximo será possível estabilizar a relação dívida pública/PIB e colocá-la em trajetória descendente mais uma vez.

Felizmente, já foi aprovada no Congresso a PEC Emergencial, que possibilita o caminho para manter um controle mais firme dos gastos públicos. Ainda assim, há muito caminho a percorrer para resolver de vez a fragilidade das contas públicas brasileiras.



Fonte: Banco Central

O que esperar de 2021 em um cenário de referência? Na medida que avance a vacinação contra o COVID-19, um ano melhor, com PIB crescendo mais de 3%, inflação um pouco mais alta, com a taxa Selic fechando o ano acima de 5% e a taxa de câmbio por volta de R\$5,50 ou um pouco mais. O pior já passou.

Demonstrações Contábeis da Entidade

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Icatu Fundo Multipatrocinado							
I - Balanço Patrimonial - Consolidado							
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)							
ATIVO	Nota	2020	2019	PASSIVO	Nota	2020	2019
DISPONÍVEL	5	20.415	13.812	EXIGÍVEL OPERACIONAL	9	22.450	23.673
REALIZÁVEL		2.667.066	2.629.455	Gestão Previdencial		4.971	11.029
Gestão Previdencial	6	10.535	13.685	Gestão Administrativa		2.173	1.804
Gestão Administrativa	7	11.368	10.966	Investimentos		15.306	10.840
Investimentos	8	2.645.163	2.604.804	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	10	29.456	28.245
Fundos de Investimento	8.1	2.613.918	2.575.152	Gestão Previdencial	10.4	918	870
Investimentos Imobiliários		2.328	-	Gestão Administrativa	10.4	6.787	6.000
Empréstimos e Financiamentos	8.5	7.166	8.277	Investimentos	10.4	21.751	21.375
Depósitos Judiciais / Recursais	10.4	21.751	21.375	PATRIMÔNIO SOCIAL		2.635.575	2.591.349
				Patrimônio de Cobertura do Plano		2.505.156	2.465.834
				Provisões Matemáticas	11	2.415.078	2.387.057
				Benefícios Concedidos		890.691	965.851
				Benefícios a Conceder		1.526.184	1.433.650
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir	11.1	(1.797)	(12.444)
				Equilíbrio Técnico	12	90.084	78.777
				Resultados Realizados		90.084	78.777
				Superávit Técnico Acumulado		90.084	78.777
				Fundos	13	130.413	125.515
				Fundos Previdenciais		122.235	116.998
				Fundos Administrativos		8.047	8.517
				Fundos dos Investimentos		131	-
TOTAL DO ATIVO		2.687.481	2.643.267	TOTAL DO PASSIVO		2.687.481	2.643.267

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Icatu Fundo Multipatrocinado			
II- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada			
DESCRIÇÃO	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)		
	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	2.591.349	2.441.900	6%
1. Adições	226.444	436.962	-48%
(+) Contribuições Previdenciais	92.797	92.589	0%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	119.255	328.498	-64%
(+) Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	100	1.615	-94%
(+) Receitas Administrativas	13.733	13.000	6%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	559	1.260	-56%
2. Destinações	(288.911)	(287.513)	0%
(-) Benefícios	(274.095)	(274.430)	0%
(-) Despesas Administrativas	(14.144)	(12.519)	13%
(-) Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(672)	(564)	19%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(50.165)	149.449	-134%
(+/-) Provisões Matemáticas	(55.232)	114.365	-148%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	1.677	17.156	-90%
(+/-) Fundos Previdenciais	2.735	16.750	-84%
(+/-) Fundos Administrativos	524	1.178	-56%
(+/-) Fundos dos Investimentos	131	-	100%
4. Operações Transitórias	156.858	-	100%
(+/-) Operações Transitórias	156.858	-	100%
B) Patrimônio Social - final no exercício (A+3+4)	2.635.575	2.591.349	2%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Icatu Fundo Multipatrocinado			
V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	8.571	7.340	17%
1. Custeio da Gestão Administrativa	14.292	14.314	0%
1.1. Receitas	14.292	14.314	0%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	5.718	5.388	6%
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.619	7.075	8%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	51	73	-30%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	559	1.314	-57%
Outras Receitas	345	464	-26%
2. Despesas Administrativas	(14.144)	(12.519)	13%
2.1. Administração Previdencial	(4.057)	(3.940)	3%
Viagens e estadias	-	(4)	-100%
Serviços de terceiros	(3.948)	(3.791)	4%
Despesas gerais	(109)	(145)	-25%
2.2. Administração de Investimentos	(9.897)	(8.222)	20%
Treinamento/congressos e seminários	(3)	(93)	-97%
Serviços de terceiros	(8.754)	(7.646)	14%
Despesas gerais	(916)	(259)	254%
Tributos	(205)	(206)	0%
Outras Despesas	(19)	(18)	6%
2.4. Outras Despesas	(190)	(357)	-47%
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(672)	(564)	19%
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(524)	1.231	-143%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(524)	1.231	-143%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	8.047	8.571	-6%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ICATU FUNDO MULTIPATROCINADO

CONTEXTO OPERACIONAL

O Icatu Fundo Multipatrocinado (“IcatuFMP”), é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multipatrocinado, sem fins lucrativos, constituída em 1996 em conformidade com a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sob a forma de Sociedade Civil, sendo seu funcionamento autorizado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social através da Portaria MPAS nº 3.079, de 12 de março de 1996.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e seus beneficiários, nos termos dos regulamentos dos planos de benefícios.

Os benefícios abrangidos pelos planos de benefícios são os seguintes:

- Aposentadoria normal, antecipada, por idade, por invalidez, postergada, proporcional diferida e tempo de contribuição;
- Pensão por morte e auxílio-doença;
- Natalidade e reclusão;
- Pecúlio por morte e invalidez;
- Benefício mínimo nos casos de invalidez e morte;
- Institutos: Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido (BPD), Portabilidade e Resgate.

PLANOS E PARTICIPANTES

Na condição de entidade multipatrocিনada e administradora de planos múltiplos, em 31 de dezembro de 2020 o IcatuFMP possui 40 planos ativos e 34.871 participantes (2019, 39 planos ativos e 33.655 participantes).

PLANOS ATIVOS

1. Plano Acrinor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0028-56, patrocinado por CBE – Companhia Brasileira de Estireno;
2. Plano Ajinomoto de Previdência: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0017-29, patrocinado pela Ajinomoto do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos Ltda. e Ajinomoto Animal Nutrition do Brasil Indústria e Comércio Ltda.;
3. Plano Basell de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0021-47, patrocinado por Basell Poliolefinas Ltda.;
4. Plano de Benefício Definido Multipatrocinado: plano na modalidade de benefício definido, não contributivo e fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 1988.0030-83, patrocinado por Arlanxeo Brasil S.A., Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, CBE – Companhia Brasileira de Estireno, Deten Química S.A. e Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.;
5. Plano de Benefícios BNY Mellon: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 2010.0054-65, patrocinado por BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.;

6. Plano de Benefícios CarestreamPrev: plano na modalidade de Contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2013.0019-83, patrocinado por Carestream do Brasil Comércio e Serviços de Produtos Médicos Ltda.;
7. Plano de Aposentadoria CD XPrev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0020-83, patrocinado por Arlanxeo Brasil S.A.;
8. Plano de Benefícios CMSPREV: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0036-38, patrocinado pela Companhia Luz e Força de Mococa, Companhia Jaguari de Energia, Companhia Leste Paulista de Energia, Companhia Sul Paulista de Energia e CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.;
9. Plano de Aposentadoria Previ-Continental: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2009.0035-19, patrocinado por Continental Brasil Indústria Automotiva Ltda., Continental Indústria e Comércio de Peças de Reposição Automotivas Ltda, Continental Indústria e Comércio Automotivos Ltda., Continental Automotive do Brasil Ltda., Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda., CPT Brasil Automotiva Ltda. e Contitech do Brasil Produtos Automotivos e Industriais Ltda.;
10. Plano de Benefícios Convênio de Administração Telepar Celular: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0001-18, patrocinado pela Tim S.A.;
11. Plano Copenor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0020-74, patrocinado por Copenor Companhia Petroquímica do Nordeste;
12. Plano de Benefícios Dacarprev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0038-56, patrocinado por Dacar Química do Brasil S/A.;
13. Plano Deten de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0026-11, patrocinado por Deten Química S/A.;
14. Plano de Benefícios de Contribuição Definida Elekeiroz: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2020.0021-83, patrocinado por Elekeiroz S/A.;
15. Plano Fábrica Carioca de Catalisadores de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0027-83, patrocinado por Fábrica Carioca de Catalisadores S.A.;
16. Plano GPC Química de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0044-92, patrocinado por GPC Química S.A.;
17. Plano de Benefícios do Grupo Icatu Seguros: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2005.0029-92, patrocinado por Clube de Seguros Icatu, Icatu Capitalização S.A., Icatu Seguros S.A., Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda., Icatu Vanguarda Administração de Recursos Ltda., Icatu Consultoria de Investimentos Ltda e Icatu Assessoria Ltda.;
18. Plano de Benefícios Keysight: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB nº 2016.0020-18, patrocinado pela Keysight Technologies Medição Brasil Ltda.;

19. Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda.: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0051-11, patrocinado pela Tim S.A.;
20. Plano de Benefícios Lufthansa: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1989.0012-38, patrocinado pela Lufthansa Systems GMBH & CO. KG, Deutsche Lufthansa A.G., Lufthansa Cargo A.G. e Swiss International Air Line A.G.;
21. Plano de Aposentadoria Metalsa: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2012.0003-47, patrocinado pela Metalsa Brasil Indústria e Comércio de Autopeças Ltda., Metalsa Centro de Serviços de Consultoria e Assistência de Autopeças Ltda. e Metalsa Campo Largo Indústria e Comércio de Chassis Ltda.;
22. Plano de Benefícios Otis: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0030-11, patrocinado pelo., Elevadores Otis Ltda., Seral Otis Indústria Metalúrgica Ltda, Hamilton Sundstrand Aerospace do Brasil Ltda., e Pratt & Whitney Canadá Do Brasil Ltda.;
23. Plano Petroflex de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0024-65, patrocinado por Arlanxeo Brasil S.A.;
24. Plano de Benefícios da PPG: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0016-56, patrocinado pela PPG Industrial do Brasil – Tintas e Vernizes Ltda.;
25. Precin - Plano de Previdência Complementar Industrial: plano na modalidade de benefício definido, cadastrado no CNPB sob o nº 1988.0005-56, patrocinado por FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará, IEL - Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional do Ceará, SENAI-CE - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento Regional do Ceará e SESI-CE - Serviço Social da Indústria Departamento Regional do Ceará;
26. Plano de Benefícios PreviKodak: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0004-38, patrocinado pela Kodak Brasileira Comércio de Produtos para Imagem e Serviços Ltda.;
27. Plano Previnor de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0022-11, patrocinado pela Previnor Associação de Previdência Privada;
28. Plano de Benefícios Prev-Renda: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0009-56, patrocinado pelo Banco do Estado do Pará S/A e Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S/A.;
29. Plano de Benefícios Sabic-Prev: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2008.0032-56, patrocinado por Sabic Innovative Plastics South America – Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e pela SHPP South América Comércio de Plásticos Ltda.;
30. Plano de Benefícios Springer: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 1999.0010-11, patrocinado pela Springer Carrier Ltda., Climazon Industrial Ltda., Carrier Refrigeração Brasil Ltda., Kidde Brasil Ltda., Climate, Controls & Security do Brasil Ltda., Sensitech Brasil Ltda. e Onity Ltda.;
31. Plano Starrett de Benefícios: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2001.0020-92, patrocinado pela Starrett Indústria e Comércio Ltda.;
32. Plano de Benefícios da Tele Celular Sul: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0010-92, patrocinado pela Tim S.A.;

33. Plano de Benefícios Tele Nordeste Celular: plano na modalidade de benefício definido, fechado para novas adesões, cadastrado no CNPB sob o nº 2000.0012-38, patrocinado pela Tim S.A.;
34. Plano de Benefícios TIMPrev Nordeste: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0020-29, patrocinado pela Tim S.A.;
35. Plano de Benefícios TIMPrev Sul: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2002.0021-18, patrocinado pela Tim S.A.;
36. Plano de Aposentadoria T-Systems: plano na modalidade de contribuição variável, cadastrado no CNPB sob o nº 2007.0011-11, patrocinado pela T-Systems do Brasil Ltda.

PLANOS ATIVOS – Em Processo de Retirada de Patrocínio

1. Plano Rio Polímeros de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2003.0017-19, patrocinado por Rio Polímeros S.A.. Aprovada a retirada de patrocínio conforme Despacho do Diretor nº 37, publicado no D.O.U de 20/09/2011;
2. Plano Suzano de Contribuição Definida: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0025-38, patrocinado por Braskem Petroquímica S.A. (atual denominação social de Quattor Petroquímica S.A.). Aprovada retirada de patrocínio conforme Portaria nº 596, publicada no D.O.U de 14/10/2011;
3. Plano de Benefícios Thermadyne Victor: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 1998.0004-19, patrocinado por Thermadyne Victor Ltda. Aprovada a retirada de patrocínio total conforme Despacho da Diretora nº 35, publicado no D.O.U de 24/12/2008;
4. Plano de Benefícios G. Barbosa: plano na modalidade de contribuição definida, cadastrado no CNPB sob o nº 2006.0035-11, patrocinado por Cencosud Brasil Comercial Ltda. (atual denominação social da GBarbosa Comercial Ltda.). Em 13/01/2016, foi publicada no D.O. U de 14/01/2016 a aprovação da retirada de patrocínio da empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda. do Plano de Benefícios G. Barbosa e o 2º Termo aditivo e Consolidação do termo de Retirada Total de Patrocínio firmado em 23/10/2015;

OUTRAS MOVIMENTAÇÕES NOS PLANOS ADMINISTRADOS PELO ICATUFMP

CONVÊNIO DE ADESÃO / ADITIVOS AOS CONVÊNIOS / ALTERAÇÕES REGULARES / CISÃO DE PLANOS

Em relação ao Plano de Aposentadoria CD XPREV, a PREVIC aprovou o 1º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Arlanxeo Brasil S.A., na condição de patrocinadora do Plano, por meio da Nota nº 182 de 07/03/2019 e publicada no DOU em 11/03/2019 pela Portaria nº 192.

Em relação ao Plano de Aposentadoria Previ-Continental, a PREVIC autorizou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 409 de 12/07/2018, publicado no DOU em 16/07/2018 pela Portaria nº 678, bem como aprovou o convênio de adesão da empresa CPT Brasil Automotiva LTDA., na condição de patrocinadora do Plano por meio da Nota nº 181 de 11/02/2019, publicada no DOU em 13/02/2019 pela Portaria nº 112.

Em relação ao Plano GPC Química, a PREVIC aprovou a suspensão temporária das contribuições ao Plano.

Em relação ao Plano de Benefícios Keysight, a PREVIC emitiu Parecer nº 489 de 03/09/2018 encerrando a transferência de gerenciamento do referido plano.

Em relação ao Plano de Benefícios Lufthansa, a PREVIC aprovou 3º termo aditivo ao convênio de adesão da empresa Lufthansa Systems GMBH & CO. KG., na condição de patrocinadora do Plano, por meio da Nota nº 350 de 05/04/2019, publicada no DOU em 04/04/2019 pela Portaria 268. Ressalta-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, as alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na Previc em 06/11/2018.

Em relação ao Plano Petroflex de Contribuição Definida, a PREVIC aprovou o 1º termo aditivo a convênio de adesão da empresa Arlanxeo Brasil S.A., na condição de patrocinadora do Plano, por meio da Nota nº 183 de 07/03/2019, publicada no DOU em 11/03/2019 pela Portaria nº 191.

Em relação ao Plano de Benefícios da PPG, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 177 de 12/04/2018, publicado no DOU em 16/04/2018 pela Portaria nº 308.

Em relação ao Plano Precin – Plano de Previdência Complementar Industrial, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 23 de 15/01/2018, publicado no DOU em 16/01/2018 pela Portaria nº 25. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, as alterações tiveram sua aplicação imediata a partir do primeiro protocolo na PREVIC em 12/06/2017. Este plano está em processo de retirada de patrocínio, maiores informações, vide nota explicativa disponível no Portal do plano.

Em relação ao Plano de Benefícios PreviKodak, a PREVIC autorizou a retirada parcial vazia de patrocínio da PreviKodak Sociedade Previdenciária por meio do Parecer nº 706 de 12/12/2018, publicado no DOU em 14/12/2018 pela Portaria nº 1.162.

Em relação ao Plano Prev-Renda, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento da Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S/A – CAFBEP para o Icatu Fundo Multipatrocinado por meio do Parecer nº 18 de 14/01/2019, publicado no DOU em 17/01/2019 pela Portaria nº 27. Além disso, a PREVIC aprovou a aplicação das alterações propostas ao regulamento do Plano Prev-Renda a ser administrado pelo Icatu Fundo Multipatrocinado e o convênio de adesão firmado entre o Icatu Fundo Multipatrocinado e as patrocinadoras CAFBEP e o Banco do Estado do Pará S/A – Banpará em 06 de novembro de 2018.

Em relação ao Plano de Benefícios Sabic, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 97 de 26/02/2018, publicado no DOU em 28/02/2018 pela Portaria nº 158.

Em relação ao Plano de Benefícios Springer, a PREVIC aprovou o convênio de adesão da empresa Onity Ltda, na condição de patrocinadora do Plano, por meio da Nota nº 910 de 29/07/2019, publicada no DOU em 31/07/2019 pela Portaria 675. Ademais, a PREVIC emitiu Parecer nº 346 de 19/06/2018 finalizando a retirada parcial de patrocínio da UTCPrev do referido plano.

Em relação ao Plano Convênio de Administração – Telepar Celular, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento por meio do Parecer nº 267 de 21/05/2018, publicado no DOU em 24/05/2018 pela Portaria nº 451. Ressalte-se que, por se tratar de processo de licenciamento automático, a presente aprovação teve aplicação a partir de 05/07/2017.

Em relação ao Plano de Aposentadoria da Intelig Telecomunicações Ltda, a PREVIC aprovou as alterações propostas ao regulamento do plano (abono anual) por meio do Parecer nº 191 de 05/04/2018, publicado no DOU em 10/04/2018 pela Portaria nº 283. Ressalte-se que esta última aprovação, por se tratar de processo de licenciamento automático, teve aplicação imediata a partir de 12/03/2018. Ademais, a PREVIC validou o 1º Termo Aditivo ao Convênio de Adesão por meio da Nota nº 1.674 de 12/12/2018, publicada no DOU em 14/12/2018 pela Portaria nº 1.168.

TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO DE SAÍDA

Em relação ao Plano de Benefícios AT&T GNS, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento do Icatu Fundo Multipatrocinado para o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão por meio do Parecer nº 356 de 19/07/2019, publicado no DOU em 24/07/2019 pela Portaria nº 630”.

Em relação ao Plano de Aposentadoria CD XPREV, a Previc autorizou a cisão com transferência de gerenciamento da patrocinadora Lanxess do Icatu Fundo Multipatrocinado para o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão por meio do Parecer nº 264 de 22/07/2020, publicado no DOU em 28/07/2020 pela Portaria nº 503.

Em relação ao Plano Lanxess – Indústria de Produtos Químicos e Plásticos Ltda, a Previc autorizou a transferência de gerenciamento do Icatu Fundo Multipatrocinado para o Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão por meio do Parecer nº 361 de 23/07/2020, publicado no DOU em 27/07/2020 pela Portaria nº 510.

TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO DE ENTRADA

Em relação ao Plano de Benefícios de Contribuição Definida Elekeiroz, a Previc autorizou a cisão do Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD administrado pela Fundação Itaúsa Industrial e a transferência de gerenciamento da parcela cindida para o Icatu Fundo Multipatrocinado, bem como aprovou a aplicação do Regulamento e Convênio propostos por meio da Portaria nº 659 publicada no DOU de 30/09/2020.

Em relação ao Plano Prev-Renda, a Previc autorizou a transferência de gerenciamento da Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S/A – CAFBEP para o Icatu Fundo Multipatrocinado por meio do Parecer nº 18 de 14/01/2019, publicado no DOU em 17/01/2019 pela Portaria nº 27. Além disso, a PREVIC aprovou a aplicação das alterações propostas ao regulamento do Plano Prev-Renda a ser administrado pelo Icatu Fundo Multipatrocinado e o convênio de adesão firmado entre o Icatu Fundo Multipatrocinado e as patrocinadoras CAFBEP e o Banco do Estado do Pará S/A – Banpará ocorrido em 06/11/2018.

SUSPENSÃO DE CONTRIBUIÇÕES

Plano de Aposentadoria Metalsa – conforme previsto no regulamento do plano, as Patrocinadoras Metalsa Brasil Indústria e Comércio LTDA e Metalsa Campo Largo Indústria e Comércio de Chassis, formalizaram em 07/05/2020 a solicitação de suspensão das contribuições ao plano nos meses de maio/2020 e junho/2020. As contribuições voltaram a ser realizadas pelas patrocinadoras após o período de suspensão solicitado.

Demonstrações Contábeis do Plano

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL DO PLANO

ATIVO	Exercício 2020 (R\$ Mil)
Ativo	461
Disponível	21
Contas a receber	18
Participação no Plano de Gestão Administrativa	8
Investimentos	414
PASSIVO	Exercício 2020 (R\$ Mil)
Passivo	461
Contas a Pagar	10
Compromissos com Participantes e Assistidos	139
Equilíbrio Técnico	41
Fundos	271

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

Icatu Fundo Multipatrocinado				
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício				
Plano Telepar Celular				
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)				
DESCRIÇÃO	2020	2019	VARIAÇÃO (%)	
A) Ativo Líquido - início do exercício	423	396	7%	
1. Adições	75	68	10%	
(+) Contribuições	46	35	31%	
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	29	33	-12%	
2. Destinações	(55)	(41)	34%	
(-) Benefícios	(9)	(9)	0%	
(-) Custeio Administrativo	(46)	(32)	44%	
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	20	27	-26%	
(+/-) Provisões Matemáticas	7	(3)	-333%	
(+/-) Fundos Previdenciais	17	67	-75%	
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(4)	(37)	-89%	
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	443	423	5%	
C) Fundos não previdenciais	-	8	-100%	
(+/-) Fundos Administrativos	-	8	-100%	

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO

Icatu Fundo Multipatrocinado			
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios			
Plano Telepar Celular			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	461	431	7%
Disponível	21	12	75%
Recebível	26	8	225%
Investimento	414	411	1%
Fundos de Investimento	414	411	1%
2. Obrigações	10	-	-
Operacional	10	-	-
3. Fundos não Previdenciais	8	8	0%
Fundos Administrativos	8	8	0%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	443	423	5%
Provisões Matemáticas	139	132	5%
Superávit/Déficit Técnico	41	45	-9%
Fundos Previdenciais	263	246	7%

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO

Icatu Fundo Multipatrocinado			
Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios			
Plano Telepar Celular			
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)			
DESCRIÇÃO	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	453	423	7%
1. Provisões Matemáticas	139	132	5%
1.1. Benefícios Concedidos	139	132	5%
Benefício Definido	139	132	5%
2. Equilíbrio Técnico	41	45	-9%
2.1. Resultados Realizados	41	45	-9%
Superávit Técnico Acumulado	41	45	-9%
Reserva de Contingência	28	27	4%
Reserva para Revisão de Plano	13	18	-28%
3. Fundos	263	246	7%
3.1. Fundos Previdenciais	263	246	7%
4. Exigível Operacional	10	-	-
4.1. Gestão Previdencial	10	-	-

Informações Referentes ao Estatuto Social da Entidade, do Regulamento do Plano e Estatístico

ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE

Não houve alteração no Estatuto Social da Entidade.

REGULAMENTO DO PLANO

Não houve alteração no Regulamento do Plano

O Estatuto e Regulamento do Plano vigentes estão disponíveis para consulta no portal do plano através do endereço www.icatufmp.com.br/teleparcelular.

ESTATÍSTICO

TOTAL DE PARTICIPANTES

ATIVOS	ASSISTIDOS	PENSIONISTAS	TOTAL
0	1	0	1

PATROCINADORA

Tim S.A.

Informações Referentes à Política de Investimentos

1. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Exercício

2020

Data da aprovação pelo Conselho Deliberativo

05/12/2019

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Sergio Egidio

Mecanismo de informação da política aos Participantes

Relatório Anual

2. CONTROLE DE RISCOS

A política de investimentos do plano de benefícios possui controles de risco de mercado, legal, liquidez, operacional, contraparte, entre outros.

2.1. RISCO DE CRÉDITO

O IcatuFMP utilizará as agências classificadoras S&P, Moody's e Fitch para a definição do risco de crédito da carteira de investimentos. Como referência, vale a mais baixa ou a única classificação, não valendo ainda classificações feitas por agências diferentes das mencionadas.

Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, a mesma será considerada automaticamente como de alto risco de crédito e caberá ao gestor a decisão de compra baseado na análise do crédito do ativo e dos limites definidos nesta política para ativos de alto risco de crédito:

TABELA DE RISCO DE CRÉDITO

CLASSIFICAÇÃO	MOODY'S	S&P	FITCH
Baixo Risco	Aaa.br, Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br, A1.br, A2.br, A3.br	brAAA, brAA+, brAA, brAA-, brA+,brA, brA-	AAA, AA+, AA, AA-, A+, A, A-
Alto Risco	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

A alocação em ativos classificados como baixo risco de crédito, incluindo os títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, conforme critério definido nesta política, será de até o percentual máximo de aplicação no segmento de renda fixa determinado na tabela de macroalocação.

A exposição a ativos classificados como alto risco de crédito será tolerada, até 5% dos recursos garantidores do plano de benefícios, caso o Plano já tenha exposição anterior a entrada em IcatuFMP- Política de Investimentos 2020 vigor desta Política, ou no caso de alguma emissão ter sua classificação alterada durante a vigência desta Política.

Os títulos de crédito privado neste segmento devem verificar necessariamente os seguintes limites:

TABELA DE LIMITES **POR EMISSOR** EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA EMISSÕES DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E NÃO-FINANCEIRAS

LIMITE DOS RECURSOS GARANTIDORES DO PLANO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 10%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 6%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 4%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

TABELA DE LIMITES EM RELAÇÃO AO **VALOR TOTAL DA EMISSÃO** EM FUNÇÃO DO RATING – VÁLIDA PARA RISCO DE CRÉDITO FINANCEIRO E NÃO-FINANCEIRO

LIMITE DO VALOR DA EMISSÃO	MOODY'S	S&P	FITCH
Até 15%	Aaa.br	brAAA	AAA
Até 10%	Aa1.br, Aa2.br, Aa3.br	brAA+, brAA, brAA-	AA+, AA, AA-
Até 5%	A1.br, A2.br, A3.br	brA+, brA, brA-	A+, A, A-
Até 2%	Baa.br, Ba.br, B.br, Caa.br, Ca.br, C.br	brBBB, brBB, brB, brCCC, brCC, brC, brD	BBB, BB, B, C, D

3. ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO PLANO

SEGMENTO	SUBSEGMENTO	INDEXADOR DO SEGMENTO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	ALVO	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	TOTAL SEGMENTO RF		70%	100%	98%	
	Título Público Pré-fixado	IRF-M	0%	15%	0%	IRF-M
	Título Público Pós-fixado	IMA-S	5%	100%	20%	IMA-S
	Título Público Inflação Curta	IMA-B 5	0%	90%	55%	IMA-B 5
	Título Público Inflação Longa	IMA-B 5+	0%	90%	10%	IMA-B 5+
	Crédito Privado	CDI	0%	30%	13%	105% do CDI
Renda Variável	TOTAL SEGMENTO RV		0%	10%	0%	
	Fundo Ação Passivo	IBrX	0%	10%	0%	IBrX
	Fundo de Dividendos	IBrX	0%	10%	0%	IDIV
	Fundo Valor	IBrX	0%	10%	0%	IBrX
	Fundo Ação Livre	IBrX	0%	10%	0%	IBrX
Investimentos Estruturados	TOTAL SEGMENTO INV. EST.		0%	10%	0%	
	Fundo de Investimento Multimercado CVM	IHFA	0%	10%	0%	IHFA
Operações com Participantes	Empréstimos	INPC	0%	10%	2%	INPC + 6%

Relatório Resumo das Informações dos Investimentos

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA ENTIDADE, DO PGA E DO PLANO

O Icatu Fundo Multipatrocinado acredita que a contratação de instituições especializadas em gestão de recursos de terceiros é a melhor alternativa para a maximização da rentabilidade da carteira e a minimização de riscos inerentes ao processo de gestão.

A gestão é discricionária, cabendo aos gestores o processo de escolha de ativos a serem incluídos na carteira do plano, desde que os limites e procedimentos descritos na Resolução CMN nº 4.661, 25 de maio de 2018, na política de investimentos do plano e na regulamentação da CVM sejam respeitados.

Na implementação da política, utiliza-se um Fundo de Investimento em Cotas (FIC), que aplica em diversos Fundos de Investimento (FIs).

Os recursos da entidade, do PGA e do plano em 31/12/2020 estavam aplicados conforme quadro abaixo (valores em milhares de reais):

2020

VALOR DOS INVESTIMENTOS EM DEZEMBRO/2020 (R\$ MIL)	ICATUFMP		PGA		PLANO	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Segmentos						
Renda Fixa	2.004.043	76,10%	6.986	67,99%	374	85,94%
Renda Variável	457.164	17,36%	1.130	10,99%	-	0,00%
Investimentos Estruturados	136.529	5,18%	512	4,98%	40	9,20%
Investimentos no Exterior	2.294	0,09%	39	0,38%	-	0,00%
Investimento Imobiliário	7.462	0,28%	87	0,85%	-	0,00%
Operações com Participantes	7.166	0,27%	-	0,00%	-	0,00%
Total dos Investimentos	2.614.658	99,28%	8.753	85,19%	414	95,17%
Disponível	18.887	0,72%	1.522	14,81%	21	4,83%
Total dos Recursos Garantidores	2.633.545	100,00%	10.275	100,00%	435	100,00%

2019

VALOR DOS INVESTIMENTOS EM DEZEMBRO/2019 (R\$ MIL)	ICATUFMP		PGA		PLANO	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Segmentos						
Renda Fixa	2.116.532	81,79%	6.008	62,50%	411	97,22%
Renda Variável	385.450	14,90%	1.479	15,39%	-	0,00%
Investimentos Estruturados	61.400	2,37%	321	3,34%	-	0,00%
Investimentos no Exterior	1.318	0,05%	22	0,23%	-	0,00%
Investimento Imobiliário	2.578	0,10%	43	0,45%	-	0,00%
Operações com Participantes	8.277	0,32%	-	0,00%	-	0,00%
Total dos Investimentos	2.575.556	99,53%	7.873	81,91%	411	97,16%
Disponível	12.073	0,47%	1.739	18,09%	12	2,84%
Total dos Recursos Garantidores	2.587.629	100,00%	9.612	100,00%	423	100,00%

INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA

GESTÃO DO INVESTIMENTO	VALOR (R\$ MIL)	PERCENTUAL DO INVESTIMENTO TOTAL	PERCENTUAL DO INVESTIMENTO POR GESTÃO
Gestão Própria	0	0,00%	0,00%
Gestão Terceirizada	414	100,00%	100,00%
MORE INVEST GESTORA DE RECURSOS LTDA.	414	100,00%	100,00%
Total Geral	414	100,00%	100,00%

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO PLANO E COM INVESTIMENTOS

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2020	
(R\$ Mil)	49	100,00%
Despesas Diretas	46	93,88%
Icatu Adm. Prev.	2	4,08%
Consultorias	42	85,71%
PIS / COFINS	2	4,08%
Despesas Indiretas (Gestão Terceirizada)	3	6,12%
Taxa de Administração	2	4,08%
Outras	1	2,04%

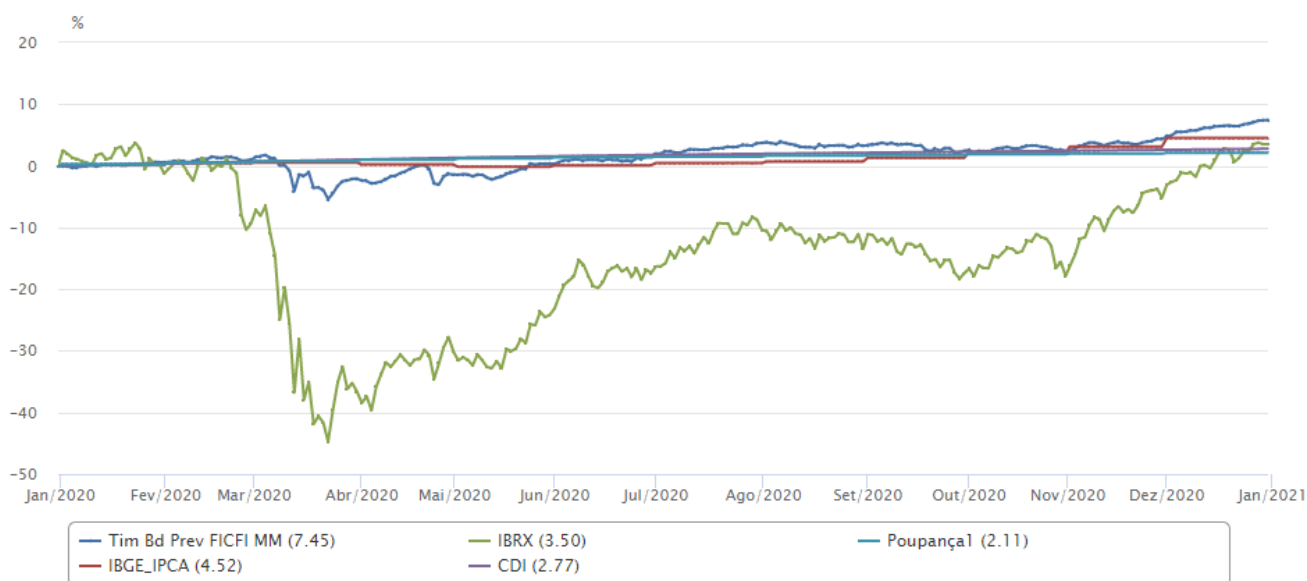
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS DO PLANO E PGA

Segmento	Benchmark	PLANO DE BENEFÍCIOS		
		Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Benchmark
Renda Fixa	20% (IMA-S) + 56% (IMA-B 5) + 10% (IMA-B 5+) + 13% (105% CDI)	8,66%	7,94%	6,07%
Renda Variável	-	-	-	-
Investimentos Estruturados	100% (IHFA)	2,91%	2,83%	5,51%
Investimentos no Exterior	-	-	-	-
Investimento Imobiliário	-	-	-	-
Operações com Participantes	100% (INPC + 6% a.a)	-	-	11,45%
Total dos Investimentos	INPC + 3,75%	8,25%	7,45%	9,20%

Segmento	Benchmark	PLANO DE BENEFÍCIOS - PGA		
		Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Benchmark
Renda Fixa	86% ((4% (CDI) + 76% (IPCA+2,5%aa) + 12% (IPCA+7%aa) + 8% (105%CDI)) + 14% ((50% (IMA-S) + 40% (IMA-B 5) + 10% (105% CDI)))	5,58%	5,38%	4,44%
Renda Variável	100% (IBRX)	15,19%	15,15%	3,50%
Investimentos Estruturados	105% (CDI)	2,01%	2,00%	2,91%
Investimentos no Exterior	40% (LIBOR) + 60% (S&P)	31,91%	31,91%	11,57%
Investimento Imobiliário	-	-2,55%	-2,55%	-
Operações com Participantes	-	-	-	-
Total dos Investimentos	66% (RF) + 17% (RV) + 13% (Estr.) + 4% (Ext.)	7,21%	6,96%	4,37%

GRÁFICO COM RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO ANO

Período de análise: 31/12/2019 a 31/12/2020



RESUMO DO DESEMPENHO

Na renda fixa, o CDI apresentou menor patamar de rentabilidade, tendo em vista o menor nível da taxa SELIC. Já os títulos indexados a inflação apresentaram bom retorno no ano, com destaque para os títulos indexados a NTN-B 5, favorecendo o desempenho do fundo.

Situação Atuarial do Plano

Este é um plano de Benefício Definido, cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

O Fundo Previdencial - Revisão de Plano o qual monta a quantia de R\$ 263.220,22 em 31/12/2020 será utilizado conforme definido pelo Conselho Deliberativo do Icatu Fundo Multipatrocinado, na forma prevista na Resolução CNPC nº 30/2018.

Em relação à situação financeira, atuarial e patrimonial, este plano encontra-se superavitário em 31/12/2020, não sendo necessárias contribuições para o próximo exercício, exceto àquelas devidas à cobertura das despesas administrativas. Desta forma, o plano depende apenas da concretização das hipóteses atuariais frente às expectativas para manter o equilíbrio.

Glossário

Balanço Patrimonial: Demonstrativo que tem por finalidade apresentar a posição financeira e patrimonial da EFPC em determinada data.

Conselho Deliberativo: Responsável pela definição da política geral de administração da EFPC e seus Planos de Benefícios.

Conselho Fiscal: Supervisiona a execução das políticas do Conselho Deliberativo e o desempenho das boas práticas de governança da Diretoria-Executiva.

Demonstrações Contábeis: Conjunto de relatórios emitidos pelas EFPCs, como o Balanço Patrimonial, Balancete, Mutação do Ativo Líquido, dentre outras, bem como as respectivas notas explicativas às demonstrações.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): a DMPS é o demonstrativo contábil que tem por objetivo evidenciar de forma consolidada as modificações que ocorreram no Patrimônio Social ao final de cada exercício.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): a DMAL é o demonstrativo contábil que tem a finalidade de apresentar, ao final de cada exercício por plano de benefícios, a movimentação do ativo líquido por meio das adições (entrada) e deduções (saídas) de recursos.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL): a DAL é o demonstrativo contábil responsável por evidenciar a composição do Ativo, Obrigações e Fundos não Previdenciais do plano de benefícios ao final de cada exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): a DPGA é o demonstrativo que apresenta de forma consolidada, com clareza e objetividade, a atividade administrativa da Entidade, destacando as movimentações que influenciaram as receitas, despesas e rendimentos e impactaram diretamente no resultado do fundo administrativo ao final de cada exercício.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): a DPT é o demonstrativo que representa a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Diretoria Executiva: Responsável pela administração da EFPC e dos Planos de Benefícios, observando a política geral traçada pelo Conselho Deliberativo e as boas práticas de governança.

Estatuto Social: Documento que define as estruturas administrativas, cargos e respectivas atribuições, além da forma de funcionamento da EFPC.

Fundo de Investimento: São condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos de seus participantes. São regidos por um regulamento e têm na assembleia geral dos cotistas o seu mecanismo básico de decisões.

Infomrações de Investimentos: Radiografia das aplicações financeiras dos planos de benefícios feitas mensalmente pela EFPC, mas cuja divulgação para participantes e assistidos deve ser anual e integra o Relatório Anual.

Política de Investimentos: Documento elaborado e aprovado no âmbito da EFPC, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do Plano de Benefícios, com o intuito de

definir a estratégia de alocação dos Recursos Garantidores do Plano no horizonte de no mínimo cinco anos, com revisões anuais.

Relatório Anual de Informações: Documento elaborado para os participantes e assistidos com informações sobre o desempenho da EFPCs e do plano.



FALE CONOSCO

IcatuFMP 0800 285 3004

www.ikatufmp.com.br

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC

Exclusivo para informações públicas, reclamações ou cancelamentos de produtos adquiridos por telefone.

SAC IcatuFMP 0800 286 0116